

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA NAS REUNIÕES NACIONAIS DA ANPED: ANÁLISE DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO GRUPO DE TRABALHO 07 (GT 07) NOS ANOS DE 2012-2019

Édpo Felipe da Silva Ferreira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: o objetivo deste artigo é delinear as produções científicas no campo da educação infantil apresentadas nas reuniões nacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED) no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) 07 que trata da educação de crianças de 0-06 anos de idade. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, onde se analisou 37 artigos publicados nos anais das reuniões científicas nacionais entre os anos de 2012 até 2019 buscando sistematizar a produção feita e apresentar suas principais conclusões. Como resultados, observou-se uma maior produção acadêmica nos campos investigativos que tratam das políticas públicas para a educação infantil e das pesquisas em experiências cotidianas em sala de aula de docentes que atuam na creche e pré-escola.

Palavras-chaves: Educação Infantil. ANPED. Produção científica.

1 Introdução

No Brasil, os avanços no campo da educação infantil têm sido promovidos por conquistas legais, cujo marco inicial foi a Constituição Federal de 1988 (CF / 88), que estipulou que o país oferecesse creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos (Brasil, 1988, Artigo 208, Inciso IV). Em 1996, com a promulgação das Diretrizes Nacionais de Educação nº 9.394 / 96 e da Lei de Bases (LDB/1996), mudanças profundas ocorreram nas instituições de educação infantil, as creches passaram a se situar ao lado das classes da pré-escola e são incorporadas aos sistemas de ensino, constituindo assim a primeira etapa da educação básica.

Dez anos após a promulgação da LDB, a Lei nº 11.274/2006 modificou a duração do ensino fundamental para nove anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade (BRASIL, 2006) e atendimento educacional em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. Em seguida, a Emenda Constitucional nº 59/2009 (BRASIL, 2009) tornou obrigatória a matrícula de crianças a partir dos 4 anos, e aos municípios a disponibilização de vagas em estabelecimentos públicos para toda a demanda nessa faixa etária, conforme estabelece o art. 212 da CF/88 acerca da responsabilidade prioritária dos municípios com a educação infantil.

De acordo com Moção e Trindade (2019, p. 02) ao contrário do que ocorreu no processo de inserção da educação infantil na CF/88, tanto a obrigatoriedade da matrícula das

crianças de 6 anos no ensino fundamental quanto a da frequência na escola a partir dos 4 anos não se pautaram necessariamente nos estudos da área ou em reivindicações dos movimentos sociais, mas partiram de demandas de ordem política e econômica, revelando que o campo de educação infantil constitui uma arena de diferentes interesses.

É importante salientar que a história da educação infantil no Brasil é marcada pela longa atuação de profissionais, pesquisadores e movimentos sociais que trabalharam incansavelmente para que políticas públicas democráticas e de qualidade fossem formuladas para o atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade, levando em consideração os direitos dessas crianças e suas famílias como ponto de partida. No entanto, apesar dos esforços incessantes, a tendência histórica do país é se esquivar da responsabilidade educacional das crianças (especialmente de 0 a 3 anos) como uma demanda pública, bem como, pela insuficiência de recursos financeiros destinados a essa etapa da educação básica. (ROSEMBERG, 2014, p. 170).

Neste íterim também cabe dizer que as modificações nos marcos legais impactaram diretamente as práticas pedagógicas no interior das unidades de educação infantil e a política pública de educação infantil, contudo, apesar do avanço na legislação, ainda não é possível dizer que se tem implementada um modelo de educação infantil no Brasil que seja deveras democrática e de qualidade. Ainda no ver da autora citada acima o grande desafio atual para a área:

[...] não depende de melhores diretrizes ou normatizações mais amplas e abrangentes, mas sim enfrentar o descompasso entre esse ideal, contemporâneo e sofisticado, o real da prática cotidiana, o desafio entre o normatizado [...] e as condições sociais, políticas, econômicas e culturais que geram uma sociedade e uma Educação Infantil ainda intensamente discriminatórias: de classe, gênero, raça, religião, localização e idade. (ROSEMBERG, 2014, p. 170).

Ressalta-se também que, diante do novo ordenamento jurídico, já exposto em linhas acima o sistema educacional precisou se adequar às exigências regulatórias das publicações normativas e orientar as políticas de educação infantil nos níveis nacional, estadual e municipal. Essas normas estão relacionadas, dentre outros aspectos a: ampliação do atendimento, elaboração de propostas de ensino ou currículo, regulamentação, gestão e financiamento, formação inicial e contínua de professores, autorização, supervisão e fiscalização de instituições de ensino, formulação e implementação de políticas educacionais. Tudo isso fez com que esta mesma demanda por políticas públicas também se convertesse em necessidades por pesquisas na área da educação de infância. A presença da educação infantil na primeira etapa da educação básica passa então a ganhar destaque na produção acadêmica, não só no campo das políticas educacionais brasileiras, mas também no campo pedagógico e

das relações educativas travadas nas instituições de educação infantil em suas dimensões contextuais. (FERNANDES; CAMPOS, 2015).

2 Educação de infância no Brasil: história e pesquisa

No que se refere a história da educação de infância no Brasil até os anos 1960 e 1970 pouco se fez em termos a uma legislação que de fato garantisse a oferta da educação infantil. Todavia, já na década de oitenta, múltiplos setores da sociedade, como organização não-governamentais, pesquisadores, instituições de pesquisa como a própria ANPED, se unificaram com o objetivo de sensibilizar a sociedade a acerca do direito de a criança ter acesso a educação plena (PASCHOAL E MACHADO, 2009). Do ponto de vista histórico foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação de qualidade reconhecido. Bittar (2003, p. 30) diz que o esforço coletivo dos diversos segmentos envolvidos em torno da mobilização da educação infantil na condição de direito social “visava assegurar na Constituição que crianças desde seu nascimento pudessem ter acesso a tal direito”. De modo que a pressão popular influenciou a Assembleia Constituinte a inclusão da creche e pré-escola nos sistemas de ensino.

Dois anos após a promulgação de uma nova Constituição, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90, que regulamentou o art. 227 da Constituição Federal e inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos. Segundo Ferreira (2000, p. 184), essa Lei é mais do que um simples instrumento jurídico, porque:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

Nos anos seguintes também foram aprovadas outras normas como a LDBEN, Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), nas duas décadas seguintes dois Planos Nacionais de Educação (PNEs) nos anos de 2001 e 2014, respectivamente, e ainda uma nova Base Nacional Comum Curricular para a educação básica brasileira, apenas para citar alguns exemplos.

Em que pese o que foi dito acima, nos últimos anos pesquisas do tipo mapeamento da produção científica nacional sobre educação infantil ainda são minorias no campo que explora a educação básica. Uma busca no banco de dissertações e teses da CAPES, por exemplo, com

descritores de “educação infantil”, “educação de infância”, “criança” e “creche” apontaram estudos feitos por Campos e Haddad (1992), Rocha, Silva Filho e Strenzel (2001) e Silva (2014). Esses estudos ajudam a delinear a situação geral da produção científica da área em questão e fornecem indicadores de análise que surgiram antes e depois das mudanças legais, embora a partir de distintos horizontes de tempo e suporte textual, os resultados dessas pesquisas geralmente acabam por se se entrelaçar.

Campos e Haddad (1992) analisaram as contribuições das publicações dos *Cadernos de Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas (FCC), sobre a criança pequena no período de 1970 a 1990, dando visibilidade às temáticas, como psicologia do desenvolvimento infantil, políticas e demandas sociais, história da pesquisa na área da infância, expansão e qualidade do atendimento em creches e pré-escolas, dentre outros.

Rocha, Silva Filho e Strenzel (2001) mapearam a produção acadêmica brasileira sobre educação infantil. Os temas abordados por estes autores foram: políticas e ações sociais da infância e educação infantil, estudos de caráter histórico, contextos socioculturais e de relações entre adultos e crianças; desenvolvimento infantil e aprendizagem na perspectiva sócio-histórica, estudos sobre o currículo para educação infantil, e formação de professores da área. Nota-se, portanto uma maior diversidade nos estudos encontrados. E por fim Silva (2014) desenvolveu um estudo que buscou problematizar a produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil no período de 2000 a 2010, bem como, analisar as possíveis mudanças nas características da produção em políticas educacionais no período subscrito, dando uma ênfase maior no papel do Estado como elemento criador das políticas nacionais para educação.

3 Percorso metodológico

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo de revisão bibliográfica, com o intuito de apresentar os elementos gerais das pesquisas expressas nos artigos analisados, evidenciando as principais conclusões, de modo a somar-se a outros estudos e promover uma sistematização do conhecimento já instituído (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014). O objetivo é mapear a produção acadêmica sobre educação infantil divulgada pela ANPED em suas reuniões científicas nacionais através do GT 07 (Educação de crianças de 0-06 anos de idade) no período de 2012 até 2019.

Para atingir este fim utilizou-se como fonte principal de pesquisa a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) por se a principal associação

científica nacional da área educacional e congregar “[...] programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2016).

Destaca-se que o GT 07 desde 1981 tem atuado firmemente em divulgar estudos acerca da educação de crianças de 0 a 06 anos de idade. Trata-se de um GT interdisciplinar que ao longo dos anos têm aglutinado pesquisadores e pesquisas comprometidas com a defesa do direito da criança a ter acesso a uma educação de qualidade. Para fazer este mapeamento adotou-se como procedimento o acesso o sítio eletrônico da ANPED, onde se teve acesso aos anais das reuniões científicas nacionais dos anos de 2012 até 2019 de onde foram extraídos um total 37 artigos para serem analisados considerando seus temas, resumos, palavras-chave e conclusões. No estudo do conjunto dos trabalhos buscou-se identificar quais temáticas foram discutidas pelo GT 07, conforme consta no quadro abaixo:

QUADRO 1 - NÚMERO DE ARTIGOS POR EIXO TEMÁTICO NO GT 07 DAS REUNIÕES ANUAIS DA ANPED ENTRE 2012-2019

| Eixo temático | Ano e quantidade de artigos | | | | |
|-----------------------------------|-----------------------------|------|------|------|------|
| | 2012 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 |
| Questões de Gênero | 01 | x | 01 | x | x |
| Avaliação | 01 | x | x | 02 | x |
| Experiências na educação infantil | 01 | 01 | 02 | 02 | 01 |
| Saberes e formação docente | 02 | x | 02 | 01 | 03 |
| Política Educacional | 02 | x | 02 | 04 | 02 |
| Brincar e brincadeiras | 02 | 02 | 02 | 01 | 01 |
| Número de artigos por ano | 08 | 03 | 09 | 10 | 07 |
| Total | 37 | | | | |

FONTE: o autor

Na próxima subseção abaixo apresenta-se os resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica, considerando as temáticas identificadas e como estas são abordadas nos artigos do GT 07 da ANPED.

4. Resultados e discussões

4.1 Questões de gênero da educação infantil

Neste primeiro eixo de análise os 02 artigos apresentados tinham como objetivos, dentre outros, investigar, entre as crianças pequenas, as formas, as significações e as vias de transmissão de elementos culturais e sociais que envolvem a dimensão corporal. Assim como a emergência de novos elementos que reforçam, modificam, multiplicam, transformam e transcendem ou simplesmente ocultam aqueles já estabelecidos. No ver de seus autores o corpo, enquanto manifestação do gênero pode facilitar a construção de relações sociais havendo uma reciprocidade, confirmando à criança a sua aceitação e pertença, mas pode, por outro lado, criar impedimentos à sua entrada e participação na cultura e no grupo de pares (SIMÃO, 2012, p.07). Este estudo se configurou em uma pesquisa de abordagem qualitativa, sendo realizados em um centro de educação infantil com crianças de idades que variavam de 02 a 05 anos de idade, sendo 07 meninas 3 meninos.

No processo de observação a investigadora constatou uma certa “vigilância” por parte da professora regular da turma em observação quanto a afastar, em especial, os meninos daquilo que seria considerado brincadeira de menina. Segundo a autora, essa concepção sobre a construção e preservação da masculinidade se dá desde muito cedo e se traduz por afastar todos e quaisquer elementos tidos como femininos da vivência da criança, o que inclui, roupas, brinquedos, linguagem, expressão corporal e etc. Nos limites dos objetivos da pesquisa, se procurou evidenciar aproximações e distanciamentos a partir da perspectivas das próprias crianças acerca de suas construções sociais sobre gênero, isto é, construções sobre masculinidades e feminilidades.

Ademais, o estudo realizado por Souza (2015) investigou o ingresso e a trajetória de dois professores na educação infantil, campo que predominantemente é feminino, a partir do ponto de vista da comunidade escolar, em especial das crianças. A pesquisa foi realizada na zona rural da cidade de Fortaleza (CE) em duas turmas de pré-escola e revelou que a preferência ou não das crianças por professores homens ou mulheres está associada a experiências positivas ou negativas que elas tiveram em suas vidas antes da escola ou em outras experiências escolares, mas importante que o gênero do educador são as vivências positivas que estes irão lhe proporcionar.

4.2 Avaliação

Dentre os artigos que discutem a avaliação da educação infantil, no que concerne ao estudo que aqui se realizou, o GT 7 apresenta estudos que discutem a avaliação desta etapa da educação básica em larga escala. O estudo conduzido por Neves (2012) investigou o uso de

testes psicológicos padronizados aplicados pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro para crianças de 4 meses a 5 anos de idade que objetivavam detectar possíveis atrasos no desenvolvimento das mesmas. A autora considera que avaliação se constitui em um processo não neutro e que, portanto, o mero uso de testes avaliativos padronizados, sobretudo com crianças ainda na primeira infância, por si só não se constitui a ferramenta pedagógica mais adequada para avaliar seu desenvolvimento.

Na esteira desse pensamento crítico às avaliações de larga escala, Louzada (2017) realizou uma pesquisa que procurou confrontar a concepção de avaliação expressa nos documentos produzidos pelo MEC e pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ) nos períodos de 2009-2016. A autora, a partir de seu estudo, considera que tanto o MEC, quanto a SME-RJ evidenciam em sua política educacional para educação infantil, uma concepção de avaliação da aprendizagem para esta etapa que se reduz a questão da alfabetização. Neste sentido, se defende um trabalho pedagógico voltado para as características próprias da educação infantil e não limitado ao ingresso da criança no ensino fundamental.

Por fim, Pimenta (2017) apresenta em seu artigo resultados de uma pesquisa de doutorado que analisou as políticas de avaliação da educação infantil de municípios paulistas, cujo objetivo foi identificar as potencialidades e limites destas a fim de contribuir com a garantia do direito à educação pública e de qualidade para as crianças pequenas. Os resultados indicaram a predominância de desenhos avaliativos com foco no desenvolvimento/aprendizagem das crianças, ainda que parte deles faça uso de indicadores voltados para a infraestrutura física, recursos humanos e materiais, entre outras dimensões.

4.3 Experiências na educação infantil

A temática sobre experiências na educação infantil apresenta artigos que em linhas gerais se ocupam em tratar sobre o ingresso de crianças pequenas na educação infantil. É interessante observar que em seu exercício reflexivo uma parte deles buscou definir o que seria inserção, contrapondo-se ao conceito de adaptação que muitas vezes é utilizado para indicar o mesmo processo/momento. Antes, procuraram dialogar com autores que compreendem a infância do ponto de vista histórico, cultural e geográfico. E acreditam em um mundo em constante movimento e transformação no qual as crianças são tão ativas quanto os adultos em sua atuação, sendo, portanto, sujeitos de conhecimento (REIS, 2013; OLIVEIRA, 2013; RODRIGUES E RAMOS, 2019;).

Ressalta-se que também houve espaço para a discussão acerca de relações que são estabelecidas entre professoras e bebês em creches que são demarcadas através do corpo, onde se pode compreender que as demandas corporais no exercício docentes nasce das demandas corporais dos bebês, estabelecendo assim uma troca de afeto e confiança entre professoras e alunos, que será expressada através do colo, na hora do banho, no tom da voz, da interação, dentre outras. Embora:

A docência com bebês ainda está em processo de consolidação e é alvo de tensões e disputas, ainda delineada em práticas assistenciais vinculadas à perspectiva médico-higienista da constituição histórica da docência na creche [...] também predominam concepções e práticas vinculadas a um modelo *escolarizante* que se mostra ineficaz e se distancia dos atuais objetivos sociopolíticos e pedagógicos da Educação Infantil (Rodrigues e Ramos, 2019, p. 04).

Diante desse cenário enunciado, autoras fazem a defesa de que é preciso romper com a concepção escolarizante da creche. É preciso encará-la também como ambiente de trocas culturais, de construção de identidades, de acolhimento e afeto. Ou seja, um lugar que foge à regra fixada do que seja ensinar e aprender.

Para além do que já fora abordado até aqui, é válido destacar dois trabalhos, em especial, apresentados na 38ª e 39ª Reuniões Nacionais da ANPED, em 2017 e 2019, respectivamente. O primeiro, desenvolvido por Maia (2017) versa sobre a construção ideológica das datas comemorativas na educação infantil, é resultado de pesquisa de doutorado que teve como objetivo apresentar uma análise sobre a construção ideológica que produz e mantém um currículo para a Educação Infantil que se organiza por datas comemorativas. Parte das implicações ideológicas do calendário na escola, passando por estudos sobre o nacionalismo e a infância, sobre o currículo, políticas para a educação da infância e, por fim, sobre o currículo da Educação Infantil e as datas comemorativas. A autora alerta que às comemorações presentes no calendário não são neutras, ao contrário estão imbricadas de sentidos ideológicos que por sua vez orientam as condutas dos sujeitos e seu modo de exercer a cidadania. E principalmente, orientam o currículo da escola, e que muito embora pareça que este esteja atento à cultura e a história em face de tantas datas comemorativas, na verdade acaba não se constituindo como um lugar privilegiado de encontro e reconhecimento do outro e de diversidades.

O segundo trabalho a ser exaltado neste levantamento de autoria de Gonçalves e Aquino (2019) a educação de infância das crianças do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) conhecidas como “Movimento das Crianças sem Terrinha”. Este trabalho expôs a investigação sobre a vida política dessas crianças inseridas no MST, buscou

identificar como elas se reconhecem enquanto sujeitos políticos e as relações de legitimidade que atravessam a participação infantil na luta por terra e moradia.

Assim, segundo observado pela pesquisadora, sem perder a perspectiva da luta, a dimensão de classe, a organização política e a elaboração de um projeto político coletivo, o MST foi incorporando as crianças e desenvolvendo ferramentas e concepções pedagógicas próprias em um contexto de colaborativo. Ficou constatado que crianças Sem Terrinha não só se inserem de maneira reconhecida na organicidade do próprio movimento, mas possuem pautas e instâncias próprias que lhes permitem tratar, à sua própria maneira, questões que lhes dizem respeito. Entre essas instâncias estão as *Cirandas Infantis*, as *Jornadas dos Sem Terrinhas*, os *Encontros Regionais e Estaduais* realizados uma vez ao ano no mês de outubro e agora também o *Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha*, espaços estes que não se encaixam no padrão de uma educação formal, haja vista que se trata de educação desenvolvida no campo e nos assentamentos rurais que possuem suas especificidades. Todavia, ainda assim se estabelecem como formadores de identidade coletiva e sobre a importância da luta por direitos historicamente negados.

4.4 Saberes e formação docente

De acordo com o levantamento bibliográfico aqui exposto, foram identificados no GT 07 da ANPED no período em análise três trabalhos que discorrem respectivamente sobre o perfil dos docentes-trabalhadores da educação infantil no Estado de Santa Catarina (Simão, 2015); o trabalho docente na educação infantil na rede municipal de Florianópolis (Brant, 2017) e os sentidos pedagógicas no trabalho docente desenvolvido em creches com crianças de 0-3 anos de idade (Guimarães e Arenhart, 2019).

O primeiro estudo objetivou contribuir com o conhecimento das configurações recentes das redes municipais de ensino e delinear o perfil da formação de seus profissionais no estado de Santa Catarina. Para isso foi adotado a aplicação de questionários enviados para o e-mail das secretarias municipais de educação de diversos municípios catarinenses que buscaram captar elementos sobre ingresso na carreira do magistério, formação mínima exigida, plano de carreira, jornada de trabalho, dentre outros elementos no âmbito da educação infantil. No que se refere a formação docente Simão (2015, p. 12) aponta que 73% dos municípios catarinenses exigiam a formação em nível superior em curso de licenciatura plena para atuação na educação infantil, bem como, 72,9% tinha como forma de ingresso na

carreira o concurso público e 87,5% possuíam plano de carreira. O que por sua vez torna-se elemento de valorização do magistério e busca aperfeiçoar o exercício docente.

Já Brant (2017) tratou da docência na educação de crianças de zero a seis anos e trouxe à tona a “invenção” da professora de educação infantil na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. A proposta florianopolitana, segundo a pesquisadora, foi inspirada nas recomendações nacionais, ao mesmo tempo que difere pela ênfase na contratação de professoras habilitadas para a pré-escola. O percurso metodológico da pesquisa decorreu da análise documental e pela história oral. Os resultados apontam que a invenção dessa professora deu-se por uma composição *sui generis* entre: a) as recomendações nacionais; b) o Colégio Coração de Jesus e seu Curso Técnico de Materno-Infantil; c) o pensamento de Heloísa Marinho e; d) os cursos da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar.

O trabalho de natureza investigativa desenvolvido por Guimarães e Arenhart (2019) tratou-se de uma pesquisa institucional que objetivou compreender os sentidos da docência na creche, a partir da interlocução com professoras de bebês e crianças de até 3 anos e teve como viés metodológico a pesquisa-formação. Nesta perspectiva, em diálogo com seus pares, os interlocutores confrontam e alteram seus pontos de vista. Como resultados, destaca-se a rotina, vista pelas professoras como categoria central do trabalho na creche, mas ao mesmo tempo como impeditivo de um fazer mais autônomo com as crianças, pois revela sentidos de aprisionamento. Destaca-se também o olhar para o planejamento como reflexão na/da ação e não somente anterior a ela. Além disso, com base nos estudos da psicologia acerca da atenção, foi possível perceber, a partir dos enunciados das professoras, como a observação atenta e intencional alarga o sentido do pedagógico, para além do proposto, enquanto ação docente, constituindo, de acordo com as pesquisadoras, uma *atencionalidade* pedagógica.

4.5 Política educacional

No âmbito da política educacional as pesquisas difundidas pelo GT 07 da ANPED giram em torno de investigações sobre a gestão da educação infantil, do acesso através de oferta de vagas, do currículo para esta etapa, além de enfatizar o papel no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) como instrumento catalizador de estratégias efetivas para a efetividade das políticas para educação de infância. Neste sentido, o trabalho desenvolvido por Correa (2015) buscou colaborar com a produção de conhecimento sobre gestão da Educação Infantil (EI), apresentando dados de uma pesquisa cujo objetivo geral foi analisar como se organiza a gestão nessa etapa educacional e suas relações com a qualidade. Para

tanto, foram aplicados questionários em 12 municípios que compõem uma microrregião do Estado de São Paulo. Tais questionários visavam ao conhecimento da estrutura das Secretarias ou Departamentos de Educação e das unidades de EI em cada município. Também foram objetos da pesquisa dados sobre plano de carreira do magistério e atuação do Conselhos Municipais de Educação. Ficou evidenciado estruturas frágeis, tanto quantitativa quanto qualitativamente, número insuficiente de profissionais para apoio e acompanhamento das unidades de EI, desconhecimento de dados fundamentais para o planejamento e ampliação da oferta de vagas, relações de submissão, com brechas para a ocorrência de clientelismo, desigualdades em termos de remuneração e jornadas, permanência de contratação de “outros” profissionais e não de docentes, para atuar diretamente com as crianças. Desse modo tais problemáticas levantadas sugerem efeitos negativos sobre a qualidade da educação ofertada.

Também foi observado na produção deste trabalho de estudo bibliográfico, autores que trabalharam a questão curricular voltado para EI. Em ambos os casos as pesquisas se voltavam para a discussão dos papéis que governos, secretarias e demais órgãos tinham na tessitura do currículo para Educação Infantil. Ribeiro (2015) procurou compreender o movimento de construção da Proposta Curricular da Educação Infantil da Rede Municipal de Juiz de Fora (MG) e como esse documento contemplava a transição da educação infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental. O olhar sobre esse processo não visava apenas descrever a gênese, a trajetória e a organização do documento. Buscou-se, sobretudo, analisar tal proposta como artefato cultural que se constrói dentro de um movimento histórico mais amplo, do qual são elementos constituintes concepções de infância e de educação.

Neste mesmo viés, Pinto (2017) analisa as funções e atividades exercidas pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) na cidade de Belo Horizonte (MG) no que concerne à proposta curricular para a educação infantil. Essa análise é confrontada com o estudo empírico realizado em duas escolas de educação infantil, durante o ano de 2012. Os resultados evidenciaram a intercessão entre o controle, caracterizado pela ação municipal na regulação institucional da educação, e a autonomia, definida por meio da ação das docentes. Assim, nota-se que no período de 2012-2019 que corresponde ao recorte temporal deste artigo, há produções que procuraram expressar como os agentes do Estado interferem de maneira controladora e até repressora nas políticas educacionais para EI, sobretudo, em se tratando de questões curriculares.

Em tempos mais recentes, Mota (2019) apresenta reflexões que objetivaram compreender os efeitos das atuais políticas públicas educacionais para a EI no Brasil, questionando de que forma essas políticas produzem (re)configurações nas práticas

pedagógicas para as creches e pré-escolas. O trabalho apresentou alguns aspectos acerca da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que diz respeito à etapa da Educação Infantil, procurando compreender alguns dos efeitos para o currículo e a prática pedagógica, e ainda, para o trabalho do(a) professor(a) que atua com as crianças de zero a cinco anos e onze meses. Também apontou um possível ponto de ancoragem a partir do foco nos campos de experiência como possibilidade de abertura para pensar os currículos da Educação Infantil. As análises apontaram para uma forte imbricação da BNCC com a racionalidade neoliberal, configurando-se como uma proposta curricular que prioriza determinadas competências que serão comuns a todos os indivíduos.

4.6 Brincar e brincadeiras

A discussão sobre a importância do brincar e das brincadeiras na educação infantil ocupa importante espaço nas produções do GT 07 da ANPED ao abordar a constituição social das crianças nos espaços-tempos do brincar as pesquisas encontradas buscaram dar destaque aos temas sobre os papéis sociais e trocas relacionais presentes nas brincadeiras das crianças, identificar os elementos do contexto mais amplo e da condição social, cultural, histórica e geográfica que as crianças inserem e exploram em suas brincadeiras, assim como elementos da cultura simbólica da infância, compreender como e quais saberes, apropriações e interpretações das crianças tornam-se visíveis no brincar. Nesta direção os estudos apontam o brincar e as brincadeiras como caminhos para a compreensão da constituição social de crianças e de suas infâncias a partir de uma perspectiva sócio-histórica (MAYNART E HADDAD, 2012; TEIXEIRA, 2013; MULLER, 2015; RIVERO, 2017 e COSTA, 2019).

Importante salientar que dentre os artigos analisados há apenas um que trata das brincadeiras de faz de conta de crianças ribeirinhas na Amazônia. Onde a autora a partir dos pressupostos teóricos de Vigotski, defende que só podemos compreender uma criança e, por conseguinte, as suas atividades, em interação com seus contextos concretos de vida, que atuam sobre ela para integrá-la à complexa rede de relações sociais e culturais que constituem uma formação social. O processo de constituição histórico-cultural é o caminho pelo qual uma criança em interação com um contexto histórico-cultural específico, construirá a sua subjetividade, atuando como um sujeito constitutivo e constituinte da cultura. A subjetividade infantil é um processo singular, por isso a pesquisadora afirma:

A brincadeira de faz de conta é um dentre os vários sistemas de relações da criança, que contribui para constantes reconfigurações de sua subjetividade, particularmente, no que se refere à possibilidade de pensar e de agir diante

de sua realidade. Ao lidar com parceiros e com vários “eus” ou “eus” fictícios, a criança amplia as concepções sobre si e sobre os outros, experimenta os lugares de “outros” de seu grupo cultural, enriquecendo a sua identidade e desenvolvendo a alteridade (TEIXEIRA, 2013, p. 07)

Com isso se quer dizer que os muitos significados que podem emergir de uma brincadeira de fez conta irão se sobrepor aos significados materiais da vida real, todavia, estes significados da brincadeira imaginária em momento algum são menos importantes que os demais. Na brincadeira imaginária, conclui a investigadora, a criança aprende a agir em função do que tem em mente, ou seja, do que está pensando, mas não está visível, apoiando-se nas tendências e em suas percepções internas e não somente nos impulsos e motivos provenientes das coisas concretas.

5 Considerações finais

A análise dos artigos frutos das diversas pesquisas, no universo estudado para a produção deste trabalho, indicou a existência de uma maioria de estudos sobre políticas públicas de educação infantil, que contemplaram esta etapa a partir de investigações sobre acesso e permanência, expansão da rede, aumento do número de matrículas ao longo dos anos, formação e carreira do magistério, Planos de educação municipais e etc. Os estudos sobre experiências docentes na educação infantil também tiveram lugar privilegiado no GT 07 da ANPED, abordando o exercício docente cotidiano de professoras(es) que atuam em creches e pré-escolas, seus limites, desafios e perspectivas. É digno de nota também que todos os artigos selecionados para compor este estudo bibliográfico foram produzidos por mulheres, ou seja, docentes e pesquisadoras da área da educação infantil. Isso nos mostra que há um recorte de gênero não somente em sala de aula, mas, também no campo das pesquisas em educação de infância.

Isso posto, reiteramos a necessidade de envidar esforços para qualificar a produção de conhecimentos na área, a fim de contribuir para a concretização do acesso com qualidade e considerar a especificidade das crianças pequenas como ponto de partida para políticas que respeitem seus direitos, sobretudo, é necessário maior ampliação no que se refere a pesquisar a educação de infância no contexto amazônico e em contextos não formais de ensino, como evidenciados pelos trabalhos sobre as crianças ribeirinhas e as brincadeiras de faz de conta, bem como, pela pesquisa acerca das *crianças sem terrinha*, cuidando assim de democratizar as pesquisas sobre a Educação Infantil.

6 Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO.
Sobre a ANPED. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sobre-anped>>. Acesso em
21/09/2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:**
promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da
educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BRANT, Patrícia Regina Silveira de Sá. A invenção da professora de educação infantil na
rede municipal de ensino de Florianópolis na década de 1970. **In: 38ª Reunião Nacional da
ANPED**, 2017. Disponível em: www.anped.org.br

CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Lenira. Educação infantil: crescendo e aparecendo.
Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 80, p. 11-20, fev. 1992.

CAMPOS, Rosânia; BARBOSA, Maria Carmem Silveira. A obrigatoriedade da matrícula na
pré-escola em tempos de terceira-via. **In: 38ª Reunião Nacional da ANPED**, 2017.
Disponível em: www.anped.org.br

CORRÊA, Bianca. A gestão da educação infantil em 12 municípios paulistas e algumas
relações com a sua qualidade. **In: 37ª Reunião Nacional da ANPED**, 2015. Disponível em:
www.anped.org.br

COSTA, Andrize Ramires. Da alegria de brincar à pressão para render: as crianças e o controle do
tempo dos adultos. **In: 39ª Reunião Nacional da ANPED**, 2019, p. 34- 48. Disponível em:
www.anped.org.br

FERNANDES, Fabiana Silva; CAMPOS, Maria Malta. Gestão na educação infantil: um
balanço de literatura. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 139-167,
jan./mar. 2015.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo:
Cortez, 2000.

GONÇALVES, Bárbara de Oliveira; AQUINO, Lígia Maria Motta. Vivemos para lutar, lutamos para viver: a participação das crianças sem terrinha na vida política da sociedade. **In: 39ª Reunião Nacional da ANPED**, 2019. Disponível em: www.anped.org.br

GUIMARÃES, Daniela de Oliveira; ARENHART, Deise. Docência na creche: atencionalidade pedagógica na rotina e no planejamento. **In: 39ª Reunião Nacional da ANPED**, 2019, p. 34- 48. Disponível em: www.anped.org.br

LOUZADA, Virgínia. Cadernos pedagógicos para pré-escola: a educação infantil em tempos de retrocessos. **In: 38ª Reunião Nacional da ANPED**, 2017, p. 34- 48. Disponível em: www.anped.org.br

MAIA, Marta Nidia Varella. Datas comemorativas: uma construção ideológica que persiste na educação infantil. **In: 38ª Reunião Nacional da ANPED**, 2017. Disponível em: www.anped.org.br

MAYNART, Renata da Costa; HADDAD, Lenira. A compreensão das relações de parentesco pelas crianças na brincadeira de faz de conta no contexto da educação infantil. **In: 35ª Reunião Nacional da ANPED**, 2012. Anais. Disponível em: www.anped.org.br

MONÇÃO, M. A. G.; TRINDADE, S. A. A produção acadêmica em políticas para a educação infantil no Brasil (2000-2010). **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 13, n. 7. Fevereiro de 2019.

MOTA, Maria Renata Alonso. A BNCC e a educação infantil: algumas provocações e um ponto de ancoragem. **In: 39ª Reunião Nacional da ANPED**, 2019. Disponível em: www.anped.org.br

MULLER, Juliana Costa. Jogos e brincadeiras com o uso de tecnologias moveis na educação infantil: o que as crianças têm a nos dizer?. **In: 37ª Reunião Nacional da ANPED**, 2015. Disponível em: www.anped.org.br

NEVES, Vanessa Ferraz Almeida. Avaliação na Educação Infantil: algumas reflexões. **In: 35ª Reunião Nacional da ANPED**, 2012. Anais. Disponível em: www.anped.org.br

OLIVEIRA, Cristiane Elvira de Assis. Fios de temporalidade na educação infantil. **In: 36ª Reunião Nacional da ANPED**, 2013. Disponível em: www.anped.org.br. Florianópolis, SC.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 33, p. 78-95, 11.

PIMENTA, Claudia Oliveira. Avaliação da educação infantil: características de iniciativas paulistas. In: **38ª Reunião Nacional da ANPED**, 2017. Disponível em: www.anped.org.br

PINTO, Mércia de Figueiredo Noronha. Regulação da política pública de educação infantil em Belo Horizonte: reflexões sobre a proposta curricular. In: **38ª Reunião Nacional da ANPED**, 2017. Disponível em: www.anped.org.br

REIS, Licilaine Maria da Silva. Inserção e vivências cotidianas: como crianças pequenas experienciam sua entrada na educação infantil?. In: **36ª Reunião Nacional da ANPED**, 2013. Disponível em: www.anped.org.br. Florianópolis, SC.

RIBEIRO, Edinéia Castilho. Proposta Curricular da rede municipal de Juiz de Fora: um olhar para a transição da educação infantil para o ensino fundamental. In: **37ª Reunião Nacional da ANPED**, 2015. Disponível em: www.anped.org.br

RIVERO, Andrea Simões; ROCHA, Eloísa Acires Candal. O brincar a constituição social das crianças em um contexto de educação infantil. In: **38ª Reunião Nacional da ANPED**, 2017. Disponível em: www.anped.org.br

ROCHA, Eloísa Acires Candal; SILVA FILHO, João Josué da; STRENZEL, Giandréa Reuss (Org.). **Educação infantil (1983-1996)**. Coordenação de Eloísa Acires Candal Rocha. Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2001. (Série Estado do Conhecimento, 2). Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/cibec/2001/estado_do_conhecimento/serie_doc_educacao_infantil.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

RODRIGUES, Thamisa de Andrade; RAMOS, Tacyana Karla Gomes. Docência com bebês em ocasiões de cuidados pessoais: interações e banho em foco. In: **39ª Reunião Nacional da ANPED**, 2019. Disponível em: www.anped.org.br

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas públicas e qualidade da educação infantil. In: SANTOS, Marlene Oliveira dos; RIBEIRO, Maria Izabel Souza (Org.). **Educação infantil: os desafios estão postos: e o que estamos fazendo?** Salvador, Sooffset, 2014.p.169-185.

SILVA, Antonia Almeida (Coord.). **A produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil: características e tendências (2000-2010)**. [banco de dados]. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014. Disponível em: <<http://www2.uefs.br/cede/apresentacao-bd.html>>. Acesso em: 25 set. 2020.

SIMÃO, Márcia Buss. Meninos entre meninas num contexto de educação infantil: um olhar sobre as relações sociais de gênero na perspectiva de crianças pequenas. **In: 35ª Reunião Nacional da ANPED**, 2012, p. 67-84. Disponível em: www.anped.org.br

_____. Professora de educação infantil: uma análise da configuração da docência no contexto catarinense. **In: 37ª Reunião Nacional da ANPED**, 2015. Disponível em: www.anped.org.br

SOUZA, José Edilmar. Homem docência com crianças pequenas: o olhar das crianças de um centro de educação infantil. **In: 37ª Reunião Nacional da ANPED**, 2015. Disponível em: www.anped.org.br. Florianópolis, SC.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos. A relação cultura e subjetividade nas brincadeiras de faz de conta de crianças ribeirinhas da Amazônia. **In: 36ª Reunião Nacional da ANPED**, 2013. Disponível em: www.anped.org.br. Florianópolis, SC.

TRIPODI, Zara Figueiredo. Oferta de educação infantil em planos municipais de educação (2014-2024): perfis e tendências. **In: 38ª Reunião Nacional da ANPED**, 2017. Disponível em: www.anped.org.br

VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

Sobre o autor:

Édpo Felipe da Silva Ferreira

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da UESB, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT), bolsista da CAPES. E-mail: edpo.silva01@gmail.com